

Considerações sobre a teoria da guerra revolucionária de Mao Tsé-tung

HÉCTOR LUIS SAINT-PIERRE *

“O exército revolucionário é imprescindível, porque os grandes problemas históricos só podem se resolver pela força, e a organização da força é, na luta moderna, a organização militar”

V. I. Lenin

Introdução: a luta armada peruana na era da globalização

No primeiro dia de 1994, fomos surpreendidos pelo levante insurrecional de Chiapas, o primeiro confronto armado dentro da “nova ordem mundial”. Desde aquele momento¹ chamamos a atenção para o fato de que o zapatismo não se adequava às taxonomias convencionais da luta armada. Pelo contrário, ele inaugurava uma nova categoria de confronto com características muito específicas que agora são reafirmadas pela guerrilha peruana do Movimento Revolucionário Túpac Amaru (MRTA). Elas são:

- A militarização da política (característica da década de 60) é substituída pela politização do confronto. Os objetivos políticos se impõem, subordinam e definem as relações bélicas. O vetor estratégico é limitado e comandado pela consideração política.

* Héctor Luis Saint-Pierre, professor de Filosofia na Unesp/Franca e membro pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp. Observações e críticas a: hectorsp@turing.unicamp.br

1. Em “México: as veias reabertas?” publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, 8/1/94; 2. Analisamos mais detalhadamente os aspectos “revolucionários” desta nova onda de luta armada em “O caso da guerrilha de Chiapas”; caderno *Premissas* 12. NEE/Unicamp, Campinas, abril de 1996.

- O “terceiro interessado” que tinha financiado e apoiado logisticamente os movimentos guerrilheiros da década dos 60 e 70, caracterizando-os ideologicamente no contexto da Guerra Fria, dá lugar a uma “corrente de solidariedade” internacional que, sem denotar perfil ideológico, lhe fornece certa legitimidade em função da “justiça das reivindicações”.

- O objetivo político explícito não é a tomada do poder, como o foi para as anteriores ondas de luta armada, mas a ampliação do campo de cidadania, isto é, incorporar ao âmbito da política setores excluídos.

- O objetivo estratégico deixa de ser o aniquilamento das forças armadas governamentais para passar a ser a exigência de abertura de diálogo e o reconhecimento do movimento insurrecional como um novo ator político.

- Na ordem tática, os combates e operativos procuram tanto a surpresa quanto o espetáculo: procura-se menos vitórias militares sobre o exército regular e mais impactar a sensibilidade da opinião pública.

- Na consideração dos meios táticos, as armas e os combates deixam seu lugar em importância para os símbolos e a comunicação.

Dentro destas características é possível analisar a operação levada a cabo pelo Movimento Revolucionário Túpac Amaru (MRTA) que culminou com a espetacular tomada da embaixada do Japão em Lima por 126 dias.

No primeiro momento ficou claro que a ação tinha sido longamente planejada para chamar atenção do mundo todo: com audaz eficácia foram seqüestrados dezenas de diplomatas e empresários das mais variadas nacionalidades, constituindo o maior e mais importante seqüestro da história da luta armada. Um grupo guerrilheiro, considerado extinto, de repente irrompe no panorama político nacional e internacional, burlando os serviços de inteligência e deixando perplexo um Estado que não soube garantir a segurança de uma reunião dessa importância, na qual, inclusive, o próprio presidente Fujimori era esperado.

O caso do Peru, o mais espetacular até o momento, apesar do sangrento desfecho, não é único no continente: uma série de manifestações que vão desde greves gerais até atos terroristas, de confrontos de camponeses até levantes insurrecionais estão transformando a parcimônia continental de começo da década em um estopim pronto a explodir a qualquer momento. Em várias partes da América Latina começam a surgir diferentes formas de luta como reação ao globalização forçada que, até agora, limitou-se a impor o receituário neoliberal de arrocho salarial, de concentração de renda e de desemprego.

Se a globalização não tem apenas a finalidade de abaixar os custos com a transnacionalização da produção, mas também o propósito de dissolver

transnacionalmente suas vulnerabilidades estratégicas para evitar um xeque grevista, coma ação do MRTA fica claro que a luta armada também pode se transnacionalizar em seus objetivos e meios, se adaptando às exigências do globalizantes. Até agora não se comprovaram ações coordenadas de movimentos armados de diferentes países nesta nova onda de luta armada, mas não se pode descartar que isso venha a acontecer em um futuro próximo. Com seu novo perfil, radical e reformista, estes movimentos vem ganhando a simpatia, o apoio e a solidariedade internacionais. Eles conseguiram levar os combates do cenário selvático para a “frente” da opinião pública nacional e internacional onde procuram sua legitimidade.

Ultimamente assumiu contornos mais nítidos a tese segundo a qual o declínio da esquerda revolucionária não seria fruto de um “triunfo” estrutural do programa neoliberal, mas de vitórias político-militares localizadas.² Paradoxalmente, os governos vitoriosos, com seus programas de ajuste econômico que acarretam como conseqüências o desemprego e a recessão, estão criando as condições para o ressurgimento daquela. Conforme esta tese, não podemos descartar a possibilidade de que a agudização dos conflitos atinja níveis de beligerância.³ Daí que, para compreender esses conflitos, talvez não seja ocioso revisar os textos marxistas sobre a guerra. Por isso, proponho a leitura dos escritos militares de Mao através desta breve introdução à sua teoria da guerra revolucionária.

Mao, o político militar.

Assim como Lenin é o teórico da revolução e Che Guevara a imagem do amor revolucionário, Mao Tsé-tung pode ser considerado o formulador da guerra revolucionária dentro da corrente de pensamento marxista. Provavelmente ninguém mais do que ele, nessa tradição, pensou a estratégia para concretizar a máxima de que “a tarefa central e a forma mais alta de toda revolução é a tomada do poder através da força armada, isto é, a solução do problema por meio da guerra”.⁴ Para ele, nas circunstâncias em que se encontrava a China, o único caminho possível para lograr uma situação de independência e igualdade para o povo chinês, era a via armada. O

2. Ver James Petras “El declive de la política revolucionaria: el espejismo capitalista... y el regreso del comunismo” In J. Petras e S. Vieux, *La historia terminable*, Nafarroa (Espanha), Editorial Txalaparta, 1994.

3. Atualmente estão ocorrendo em torno de 47 conflitos armados, mais de 80% deles são internos.

4. Mao Tsé-tung, *Problemas de la guerra y de la estrategia (PGE)*, In *Selección de escritos militares*, Pequim, Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1967, p 297.

imperialismo tinha desenvolvido uma posição tão fortificada para as classes dominantes que impedia o exercício da política sem derramamento de sangue. Nessas condições, as armas constituíam, para ele, o instrumento principal de canalização da luta.⁵

Sua história, como combatente constante das lutas deste século na China, o aproximou tanto do militarismo que ele mesmo reconhece que “há quem nos ridicularize qualificando-nos de partidários da ‘teoria da onipotência da guerra’”. Sim, somos partidários da teoria da onipotência da guerra revolucionária; isto não é ruim; é bom, é marxista”.⁶ Nas suas análises da situação de conflito, tanto da guerra revolucionária quanto da guerra contra a invasão japonesa, ele pensa a ação política e a ação militar como uma unidade.

Sua biografia, a cultura do povo chinês, a longa história da guerra nacional, as particularidades da luta de classes na China levaram Mao à seguinte conclusão: “a experiência nos diz que os problemas da China não podem ser solucionados sem as forças armadas”. Para pensar os problemas políticos de uma perspectiva bélica, ele se aprofundou nos estudos militares refletindo sobre os fundamentos e princípios da guerra. Estes princípios, que ele reformula para adaptá-los à realidade chinesa, são simples e elementares, tão antigos como a própria história da guerra na qual Mao se inspira. Sua originalidade consistiu em obedecer e aplicar os mesmos, conforme as circunstâncias e suas mudanças, combatendo as tendências conservadoras e aventureiras que ameaçavam a reta condução da guerra. Talvez o longo tempo em que conviveu com a guerra, desenvolvendo simultaneamente as tarefas de comando militar e político, tenha influenciado Mao na sua definição da política com uma paráfrase da célebre fórmula de Clausewitz: “pode-se dizer que a política é guerra sem derramamento de sangue”. A partir desta definição pode se pensar que, para Mao, durante a atividade política continuam a reger todas as características da guerra mas sem combate. Mas estas características, fora do contexto da radicalidade da luta de classes, tornam sua definição de política praticamente inaplicável.

Um dos aspectos que ocupa a reflexão polemológica é a relação entre a guerra e a ética. A questão central consiste em determinar se todas as guerras são injustas ou se algumas podem ser consideradas justas; em que casos uma guerra pode ser moralmente justificável ou condenável; que critérios determinam a justiça ou injustiça das guerras e em que

5. Idem, *ibidem*, p. 304.

6. Idem, *ibidem*, p. 303.

condições eles poderiam ser universalizáveis. O objetivo da teoria da guerra justa é determinar os critérios de legitimidade da guerra. Esta teoria foi juridicamente abonada pelo jusnaturalismo que se interessava pelo dever ser do direito de guerra.

Em relação à natureza ética da guerra, Mao Tsé-tung enquadra-se nesta teoria, que também é aceita, entre outros, por São Tomás, Lenin, Trotski e o papa, os quais consideram — obviamente por diferentes motivos — que é possível decidir sobre a moralidade da guerra, isto é, se uma guerra pode ser considerada justa ou injusta. Mao afirma que “A história conhece apenas duas classes de guerras: as justas e as injustas. Apoiamos as guerras justas e nos opomos às injustas. Todas as guerras contra-revolucionárias são injustas; todas as guerras revolucionárias são justas”. Mas, como aplicar esta definição na eventualidade de confronto armado entre países socialistas, ambos considerados revolucionários? Lembremos da tensão entre a China e a União Soviética, e dos combates na fronteira com o Vietnã.

Difícil definir “guerra revolucionária”. A discussão para precisar este conceito ocupou boa parte da bibliografia das Ciências Sociais com resultados discutíveis. Distinguir “guerra revolucionária”, “guerra nacional”, “guerra de libertação”, não é tarefa fácil, inclusive porque pode acontecer, como Lenin já tinha percebido, que um conflito comece como uma “guerra de libertação” para se transformar, com o passar do tempo, numa guerra civil com confronto de classes, isto é, em “guerra revolucionária”. Mas em Mao não fica claro o critério para distinguir os tipos de guerra, aliás para ele parece não haver diferenças essenciais. Referindo-se à tese de Stalin, segundo a qual “na China a revolução armada combate a contra-revolução armada”, Mao afirma que,

(...) esta tese do camarada Stalin é perfeitamente correta. É igualmente válida para a Expedição ao Norte, para a Guerra da Revolução Agrária e para a atual Guerra de Resistência contra o Japão. Todas estas são guerras revolucionárias dirigidas contra a contra-revolução, e nelas participa principalmente o povo revolucionário.

Independentemente da sua pertinência histórica, parece-nos que esta conduz a um raciocínio circular: qual o critério para uma guerra ser revolucionária? Enfrentar a contra-revolução e contar com a participação do povo revolucionário. Que é a “contra-revolução”? Aquela que se opõe a revolução. O que é “povo revolucionário”? Aquele que participa da guerra revolucionária. Parece-nos que sem sair do pensamento de Mao resulta difícil quebrar essa circularidade.

Um fundamento quase biológico.

A conservação e a reprodução são as leis básicas dos seres vivos e, embora, não possamos dizer que Mao tenha-se inspirado na Biologia, para ele, o princípio sem o qual nenhuma guerra pode ser ganha é “conservar as próprias forças e aniquilar as do inimigo”. Poderíamos dizer que Mao transforma aquele princípio biológico na sua máxima suprema da ordem bélica.

Para Mao, no estado em que se encontrava a revolução na China, o Exército Vermelho devia, em primeiro lugar, conservar suas próprias forças e, em segundo lugar, aumentá-las. Ele calculou que, dadas as relações de forças desfavoráveis, a revolução precisava de tempo para se desenvolver, mas só poderia fazê-lo se mantivesse vivo o núcleo revolucionário constituído pelo Exército Vermelho e o Partido Comunista Chinês. É interessante notar que, para Mao, a principal fonte de suprimento, tanto de homens, quanto de alimentos, armas e munições, era o exército do Kuomintang. O Exército Vermelho deveria crescer e se desenvolver a partir da “negação” e “assimilação” do exército inimigo:

Nossa política básica consiste em nos apoiar nas indústrias de guerra dos países imperialistas e de nosso inimigo do país. Temos direito à produção dos arsenais de Londres e de Janyang, e as unidades do inimigo nos servem de brigadas de transporte. Isto é verdade e não brincadeira.

Por sua vez, o trabalho político de mobilização visava, por um lado, soldar o Exército Vermelho e o povo e, por outro, aproveitar as fissuras do inimigo explorando todo distanciamento perceptível, tanto entre oficiais e soldados quanto entre o exército e o povo para fomentar a discórdia: “nosso trabalho político no exército tem três princípios cardeais: primeiro, unidade entre oficiais e soldados; segundo, unidade entre exército e povo, e terceiro, desintegração das forças inimigas.” Aliás, talvez a idéia que melhor expresse sua concepção de Guerra Popular Prolongada é que a frente decisiva resulta da soldadura entre exército e povo: na medida em que um exército conquiste a simpatia do povo, terá possibilidades de chegar à vitória, mas aquele que desperte o ódio popular, cedo ou tarde será derrotado, pois “as grandes forças da guerra têm sua fonte mais rica nas massas populares”.

Sobre o principio da conservação, ele monta sua estratégia e planeja a tática: a retirada estratégica, a defesa ativa, a retirada convergente por linhas interiores, o ataque divergente por linhas exteriores, a guerra de movimento, etc. são conseqüências da aplicação de sua filosofia da guerra. Parece um fundamento óbvio, mas muitas vezes foi negligenciado, seja pela ansiedade psicológica do condutor da guerra ou pela subestimação da força objetiva do inimigo, levando grandes exércitos à derrota. Algumas experiências

revolucionárias latino-americanas dos 60 e 70 foram aniquiladas, entre outras coisas, pela cegueira voluntarista que impediu suas conduções e quadros de compreender e empregar aquela máxima.

Os textos militares de Mao refletem sua luta contra o preconceito sobre a defensiva. Saber guerrear é, em primeiro lugar, saber se defender: esse é o grande ensinamento de Mao decorrente daquele fundamento. Os argumentos contrários a sua posição baseavam-se, fundamentalmente, na caracterização que Marx e Engels faziam da insurreição como sendo uma ofensiva crescente.⁷ Mao encontrará a resposta a esta questão na distinção da qual tratamos a seguir.

Os níveis político, estratégico e tático.

Em todo fenômeno bélico é possível distinguir analiticamente três níveis: o político, o estratégico e o tático. No nível político, definem-se as constelações de amigos e inimigos, concertam-se as alianças estratégicas e as relações diplomáticas; fixam-se os fins aos quais se destina a guerra, mas também controlam-se os meios julgando-se a pertinência ética dos procedimentos empregados. A política determina a conduta *da* guerra. Diferentemente, a estratégia determina a conduta *na* guerra, define as atitudes e o planejamento total das operações: “a tarefa da estratégia como ciência é estudar as leis da direção de operações militares que influenciam sobre *a situação de guerra no seu conjunto*”⁸. Neste nível, o tempo, o espaço e a força são considerados como totalidades: não se pensa na força necessária para um combate, mas em toda a força disponível e potencial; não é a duração da batalha que interessa, mas se a guerra na sua totalidade procurará a decisão rápida, por exemplo, ou se será uma guerra prolongada; decide-se se é possível entregar território em troca de alguma vantagem estratégica ou se deve-se defendê-lo a qualquer custo,⁹ se a quantidade de força nos permite manter uma atitude ofensiva ou defensiva, etc. Finalmente o âmbito da tática é o das batalhas e combates: define a atitude na

7. Friederich Engels afirmava que “uma vez entrado no movimento insurrecional, agir com a maior determinação e na ofensiva. A defensiva é a morte de todo levantamento armado”, *Revolução e contra-revolução na Alemanha*, In Marx e Engels, *Obras escolhidas*, Lisboa, Edições “Avante!”, pp. 393-94

8. Mao Tsé-tung, *Problemas estratégicos de la guerra prolongada (PEGP)*, In op. cit., p. 88. Itálicos nossos.

9. O caso do Estado de Israel é emblemático a este respeito. Seu reduzido território lhe impede de montar uma estratégia defensiva no seu próprio espaço, já que não teria condições de entregar espaço ao invasor em troca de tempo. De maneira tal que tem que estruturar sua defesa no território inimigo, antecipar as manobras inimigas. Por isso, embora Israel manifeste uma política defensiva, sua estratégia é ofensiva, ataca como meio de defesa, procurando o combate além fronteiras.

batalha. Nas palavras de Mao, “a tarefa da ciência das campanhas e da tática é estudar as leis *da direção de operações militares de caráter parcial*.”¹⁰ A força, o tempo e o espaço são considerados como quantidades adequáveis às contingências do combate. A quantidade de força (batalhão, companhia, pelotão etc.), sua característica (artilharia, aérea, motorizada, etc.); a atitude (ofensiva, defensiva); a forma (movimento envolvente, posição central, linhas interiores etc.); a duração do combate etc., são alguns dos fatores decididos neste nível. Mas o que inscreveu Mao como um dos grandes na história da estratégia é, sem dúvida, sua capacidade de integrar e flexibilizar estes níveis na compreensão da guerra como expressão política.

A partir destas diferenças podemos retomar a formulação de Engels segundo a qual a insurreição só conhece a ofensiva e compreender a proposta maoísta da estratégia defensiva para a guerra revolucionária. Mao admitirá a máxima de Engels do ponto de vista político,¹¹ mas recusará a proposição “a defensiva é a morte da insurreição” do ponto de vista estratégico. A guerra revolucionária pode e deve ser politicamente ofensiva, mas também pode, e às vezes deve, ser estrategicamente defensiva.

Tendo em conta esta diferença de níveis, podemos compreender algumas máximas para a guerra revolucionária aparentemente paradoxais, como, por exemplo, aquela que diz “devemos dar combate na relação 1 contra 10” e aquela que diz “10 contra 1”; a primeira se refere a estratégia total da guerra revolucionária e a segunda ao nível tático dos combates. Fica mais claro também o princípio da “centralização estratégica e descentralização tática”, que fornecia coerência estratégica no nível da decisão e flexibilidade tática operativa;¹² ou aqueles princípios formulados para a guerra contra o Japão: “é possível e necessário empreender campanhas e batalhas ofensivas dentro de uma guerra estrategicamente defensiva, manter campanhas e batalhas de decisão rápida dentro de uma guerra estrategicamente prolongada, e manter campanhas e batalhas em linhas exteriores dentro de linhas estrategicamente interiores”.¹³

10. *PEGR*, p. 88. Ênfase nossa.

11. Aceitamos que a insurreição é uma ofensiva permanente nos níveis político, como o próprio Mao, e também no tático, enquanto momento do assalto final. Porém, como Mao, o recusamos no nível estratégico. Defendemos esta posição na nossa tese de doutorado “Fundamentos teóricos da guerra revolucionária” (mimeo), IFCH/Unicamp.

12. Diz Mao: “o princípio de mando na guerra de guerrilhas, oposto tanto à centralização absoluta quanto à descentralização absoluta, exige um mando estratégico centralizado e um mando descentralizado nas campanhas e batalhas” in *PEGG*, op. cit., p. 202.

13. Mao, *Problemas estratégicos de la guerra de guerrillas (PEGG)*, op. cit., p. 172.

Para Mao, a guerrilha é uma força auxiliar que em alguns casos pode assumir o papel principal dentro da estratégia, por exemplo, durante a “Longa Marcha” ou nos momentos iniciais da invasão japonesa, quando o Exército Vermelho, pela correlação desfavorável de forças, só podia realizar táticas de hostilização que dificultassem a penetração ou o estabelecimento das forças japonesas. Nesses casos, não apenas os destacamentos guerrilheiros, mas todo o exército assumia uma característica guerrilheira.

Mas, embora Mao considerasse a guerrilha uma forma de luta importante (“a concentração das forças que preconizamos não implica o abandono da guerra popular de guerrilhas”¹⁴), para ele, não é possível chegar à vitória apenas com ela. Para ele, só o exército regular pode procurar a decisão e a vitória na guerra pelo combate.¹⁵ Mas esta proposição não é generalizável. Embora reconheçamos que são casos particulares, nos quais o poder estava debilitado, corrompido ou com escassos recursos militares, por motivos específicos, Iugoslávia, Cuba e Nicarágua chegaram à vitória revolucionária com formações guerrilheiras como principal vetor estratégico. Inclusive a reduzida dimensão territorial destes países torna difícil concordar com sua afirmação de que “para que a guerra de guerrilha seja possível, basta apenas uma condição: um país extenso”;¹⁶ entretanto, os 8.511.965 km² de território brasileiro não pareceram suficientes para os intentos armados da década de 60.

Cada guerra é uma guerra.

As leis gerais da guerra se aplicam a toda guerra, mas a natureza de cada guerra determina sua ordem específica de leis: “As leis da guerra constituem um problema que deve estudar e resolver quem quer que conduza uma guerra.”¹⁷ Ainda assim, cada guerra está sujeita às leis que decorrem da natureza política dos sujeitos bélicos e, ainda, àquelas decorrentes das características geográficas, climáticas, culturais e históricas que são originais de cada conflito bélico.

Daí que aquele que quiser analisar ou conduzir guerras deverá conhecer profundamente as tendências gerais que se aplicam e constatarem em todo conflito armado, as chamadas “leis da guerra”. Obviamente não possuem a

14. *Ibidem*, p. 148.

15. Ver *PEGR*, op. cit.

16. Mao, *PGE*, op. cit., p. 310.

17. *Idem*, *Problemas estratégicos de la guerra revolucionária en China (PEGRC)*, op. cit., p. 83.

característica de “necessidade” das leis da natureza: antes, elas refletem “fortes tendências”, “razoável plausibilidade” ou “alta probabilidade” de que um certo resultado decorra de certa ação, mas sempre como mera possibilidade e nunca como necessidade.¹⁸ Como diz Mao: “Todas as leis que regem a condução da guerra se desenvolvem à medida que se desenvolve a história e a guerra mesma. Nada é invariável.”¹⁹

Não se ganha uma guerra desconhecendo as leis que regulam os conflitos armados. Mao tinha estudado profundamente vários teóricos da guerra, mas quem influenciou mais na sua formação foi o general chinês Sun Tsu, que escreveu *A arte da guerra*²⁰ no ano 500 a.C. Mao não apenas compreendeu corretamente este mestre da estratégia, senão que levou até as últimas conseqüências seus ensinamentos com êxito. Conhecia tão bem as leis da guerra que conseguiu expulsar o exército japonês invasor assim como articular o Exército Vermelho regular com os destacamentos guerrilheiros para aniquilar o exército nacionalista do Kuomintang.

Mao critica a idéia de aprender a arte da guerra apenas através de manuais militares, muitos dos quais eram estrangeiros ou copiados deles, pois, “se copiamos e aplicamos de forma mecânica, sem permitir mudança alguma, seremos mais uma vez como quem ‘recorta seus pés para que caibam nos sapatos’.”²¹ Ele achava que sem desmerecer as experiências extraídas da história da guerra “devemos também apreciar a experiência que pagamos com nosso sangue”.²²

Se para conhecer ou conduzir a guerra devemos estudar suas leis, como queria nosso autor, para analisar ou conduzir a guerra revolucionária devemos conhecer suas próprias leis: “As leis da guerra revolucionária constituem um problema que deve estudar e resolver quem quer que conduza uma guerra revolucionária.”²³ As particularidades da guerra revolucionária tornam seu conhecimento e condução muito específicos. Trata-se de um

18. Mao diz que “o fenômeno da guerra é mais intangível e oferece menos certeza que qualquer outro fenômeno social, noutras palavras, é em maior grau uma questão de ‘probabilidade’”, In SGP, op. cit., p. 264.

19. Idem, *Ibidem*, p. 87.

20. Diferentemente de Clausewitz, Sun Tsu é citado diretamente várias vezes nas obras militares de Mao, especificamente sua obra principal *A arte da guerra*.

21. Mao, op. cit., p. 85.

22. Idem, *ibidem*

23. Idem *PEGR*, p. 83

confronto armado entre “opressores e oprimidos” levada à frente por estes últimos para quebrar o equilíbrio de forças normalmente desfavorável. A formação política marxista de Mao determinaria sua conduta na guerra; mas, o que marcou sua orientação na guerra revolucionária foram os ensinamentos de Lenin. Se ele aceitava que “a guerra era a continuação da política por outros meios”,²⁴ na guerra revolucionária os meios políticos e militares eram para ele inseparáveis. A necessidade de manter colado o povo ao seu poder armado, condição de possibilidade da vitória, fez do doutrinamento político partidário o vetor estratégico mais importante.

Para conhecer as leis da guerra revolucionária *em geral* podemos, a partir dos casos concretos, abstrair os elementos comuns. Estes dados, totalmente teóricos, poderão servir para conceber estrategicamente uma guerra revolucionária particular. Mas, sem esquecer que cada guerra é uma guerra, e que a experiência que deu certo em um caso pode ser desastrosa em outro. Mao critica o intento de copiar o desenho estratégico da Revolução Russa, imaginando desse modo reeditar seu êxito. Argumentava-se, naquele momento, que estudar os manuais publicados pelas instituições militares soviéticas e aplicar seus ensinamentos na China seria suficiente para lograr a vitória. Mao responde: “não percebem que essas leis e manuais refletem as características específicas da guerra civil e do Exército Vermelho da União Soviética ... [e que] ... a revolução e o Exército Vermelho da China têm muitas condições particulares.”²⁵

Finalmente, para compreender ou conduzir a guerra revolucionária na China não basta, para nosso autor, conhecer as leis da guerra em geral, nem as leis da guerra revolucionária em particular: “*As leis da guerra revolucionária da China* constituem um problema que deve estudar e resolver quem quer que conduza a guerra revolucionária da China.”²⁶ É preciso também conhecer muito bem as especificidades da China, sua geografia, sua cultura, a real situação de seu povo, as relações de classes, suas expectativas e necessidades sua capacidade de luta e de resistência etc. Por outro lado, devem-se conhecer as características do inimigo, a personalidade de seu comandante, sua trajetória, a relação com seus subordinados, a relação que seus oficiais mantêm com os soldados e do seu exército com o povo, estimar corretamente suas forças e coragem; procurar

24. Quando Mao cita a célebre frase de Clausewitz, o faz através dos textos de Lenin.

25. *Idem*, *ibidem*

26. Mao, *PEGRC*, op. cit., p. 83

sua vulnerabilidade etc. Não é outra coisa que levar à prática a máxima que aprendeu de Sun Tsu: “conhece a ti mesmo e conhecerá teu inimigo”²⁷.

Retirada estratégica

A grande manobra militar que mostrou a capacidade estratégica e política de Mao Tsé-tung é conhecida como “A Longa Marcha”. Tratou-se de uma “retirada estratégica” com a qual levou o remanescente do Exército Vermelho²⁸ até o norte da China em uma marcha de 16 mil quilômetros. A retirada estratégica foi uma medida planejada para desenvolver a Guerra Popular Prolongada (GPP), a qual não consideramos estritamente uma teoria específica da guerra, mas o resultado da adequação da estratégia do confronto bélico a uma situação em que um exército deve combater numa correlação de forças claramente adversa. É um tipo de guerra em que a capacidade de fogo do exército mais fraco aumenta e se desenvolve no decorrer do tempo. Desde que o tempo conte a seu favor e por carecer de forças, este exército deverá evitar a decisão pelo combate, substituindo o aniquilamento pela manobra e o desgaste. A GPP é uma guerra politicamente ofensiva (como toda guerra revolucionária), estrategicamente defensiva (pela desproporção de forças), mas taticamente ofensiva, pois deve-se ganhar tempo desgastando o inimigo, conservar as próprias forças e preparar o contra-ataque para, no momento oportuno, passar à ofensiva que aniquile o inimigo.

Há duas coisas que o estrategista deve procurar numa guerra: a iniciativa e a liberdade de ação. Muitos imaginam que a iniciativa pertence apenas a quem ataca e que aquele que se defende o faz reativamente e obrigado pelas circunstâncias. Quem pensa assim, não compreenderá a decisão de Mao por uma guerra prolongada na defensiva; não entenderá — como os “ultra-esquerdistas” — o significado estratégico de entregar território para ganhar tempo; achará que “ter feito com que o inimigo penetrasse profundamente” foi apenas uma consequência óbvia da perseguição que o exército do Kuomintang realizou sobre as tropas revolucionárias e não uma estratégia destas. Mas a guerra é um ato consciente, voluntário e inteligente, portanto a retirada — diferentemente da debandada — é um movimento deliberado e proposital que, quando realizado com êxito, obriga o inimigo (que não

27. Diz Sun Tsu “conhece a ti e ao teu inimigo, e em cem batalhas que sejam, nunca correrás perigo. Quando te conheces mas desconheces ao teu inimigo, as tuas chances de perder ou de ganhar são iguais. Se te desconheces e ao teu inimigo também, é certo que, em qualquer batalha, correrás perigo”, *ibidem*, p 67.

28. Depois da derrota sofrida na quinta campanha de cerco e aniquilamento que o Exército do Kuomintang executou sobre as bases de apoio do Exército Vermelho.

pode perder tempo) a perseguir o exército em retirada e ter que combater quando este assim o decidir. Longe de ser uma operação “forçada” pelas circunstâncias, a retirada é o resultado de uma previsão estratégica de longo prazo, pois, como diz Mao,

Numa fase estratégica determinada, o estrategista deve ter em conta muitas fases posteriores, ou pelo menos a que segue de imediato. Embora seja difícil prever as mudanças futuras, e quanto mais longe coloca-se o alvo mais brumosas parecem as coisas, de qualquer modo é possível fazer um cálculo geral e é necessário ter uma apreciação das perspectivas de longo prazo. Limitar a vista ao passo que se está dando é um método de direção ruim não apenas em política, mas também na guerra.²⁹

A vantagem principal da retirada estratégica é ganhar tempo preparando a contra-ofensiva para quando chegar o momento oportuno. Este, para Mao, se cristaliza na combinação de uma série de fatores cuja descoberta é um dos objetivos da retirada estratégica: 1) um exército em retirada, operando em linhas interiores, pode escolher com liberdade o terreno favorável e impor sua vontade ao inimigo; 2) é necessário determinar a unidade mais vulnerável do inimigo através de reconhecimentos periódicos, o que leva tempo, tornando a retirada necessária; 3) enquanto o inimigo lança uma ofensiva ampla, o Exército Vermelho efetua a “retirada convergente”, que consiste em determinar um ponto da retirada na própria retaguarda sobre o qual as forças deverão convergir para se concentrar. A concentração de forças torna a retirada necessária; 4) um objetivo da retirada é obrigar o inimigo a combater separado de suas bases de apoio e com as linhas de abastecimento fragilizadas pela distância, que por sua vez é obtida com a retirada; 5) outro objetivo da retirada é descobrir os erros do inimigo ou induzi-lo a cometê-los; 6) aproveitando esses erros, com o exército concentrado, poderá golpear com toda a força aquela divisão que se sabe mais debilitada. O combate é de cerco tático dentro do cerco estratégico do inimigo,³⁰ isto é, por linhas exteriores (a uma divisão do exército inimigo) dentro das linhas interiores (em relação a todas as forças inimigas), e de aniquilamento (no combate) dentro da estratégia de desgaste (na guerra), rápido e preciso, sem estabelecer frente de combate prolongado. Assim, se no nível estratégico é proposta uma guerra prolongada, no nível tático, quem comande as ações procurará a decisão rapidamente pelo combate. Acreditamos que, com algum ajuste conceitual, estes princípios podem auxiliar, também, a análise e formulação da política em períodos de paz.

29. Mao, *PERG*, op. cit., p. 142

30. A seguir explicaremos estes paradoxos aparentes da teoria estratégica de Mao.

Na planificação da Guerra Popular Prolongada, Mao coloca a serviço da teoria da guerra revolucionária a resolução estratégica de alguns movimentos táticos, aparentemente opostos na estratégia da guerra, de uma maneira particular: encontrando o caminho correto entre erros de sentido contrários.³¹ Da mesma forma que tentará se equilibrar entre as posições “aventureiras” e “conservadoras” que procuravam influir nas decisões, formulará táticas visando integrar movimentos opostos: “ofensiva-defensiva”, “linhas interiores-linhas exteriores”, “concentração-dispersão”, “centralização-descentralização”, “exército regular-guerrilhas”, “aniquilamento-desgaste”.

Há uma idéia, tão comum quanto falsa, de que a defensiva é contrária à ofensiva e de que seria possível apenas se defender³² sem contra-atacar. Como já tinha observado Clausewitz,³³ o conceito de defesa é sempre relativo, nunca absoluto. Ciente de que, embora um exército possa se manter durante muito tempo na defensiva para resguardar suas forças esperando o golpe do inimigo, a guerra só se ganha na passagem à ofensiva, Mao admitia que “a retirada estratégica está encaminhada inteiramente a passar à contra-ofensiva, e não é mais que a primeira fase da defensiva estratégica”.³⁴

Dentro de um movimento estratégico defensivo, como é a retirada estratégica, o exército em retirada ainda pode manter a iniciativa e conduzir combates taticamente ofensivos. O Exército Vermelho, durante a Longa Marcha, manteve uma disposição estratégica defensiva (a retirada é defensiva), mas, dentro deste dispositivo, executava movimentos ofensivos táticos contra o avanço do exército do Kuomintang. Este último executou uma perseguição procurando realizar uma estratégia ofensiva de aniquilamento através do cerco, isto é, tentando fechar um grande abraço bélico em torno do Exército Vermelho para provocar o confronto e destruí-

31. Nas palavras de R. Aron, “esta busca do ponto de equilíbrio entre erros de sentido contrário ou das tendências divergentes, ainda que Mao Tsé-Tung não tenha encontrado o modelo no *Traité* [da Guerra], reproduz, a meu ver, o caráter próprio ao que podemos chamar de dialética clausewitziana” In *Pensar a guerra*, Clausewitz, Brasília, UnB, 1986, vol. 2, p. 102.

32. Atualmente estão sendo discutidas variantes estratégicas para a nova situação geopolítica gerada pela formação do Mercosul. Um dos conceitos que ocupa a reflexão dos estrategistas é o de “defesa não provocativa”, isto é, uma defensiva suficientemente forte como para dissuadir os vizinhos, mas sem chegar a constituir uma ameaça que provoque uma corrida armamentista na região. Ver ao respeito de Virgílio Beltrán “El concepto de suficiencia defensiva”, revista *SER en el 2000*.

33. No começo do Capítulo I do livro VI sobre a defesa, Clausewitz adverte que “uma defesa absoluta contradiz inteiramente o conceito de guerra, porque então a guerra só seria conduzida por um único lado, daí decorre que em guerra só pode ser relativa.” *Idem*, *ibidem*, p.427.

34. Mao, *PERC*, op. cit., p. 131

lo. Mas este, na sua retirada, concentrava sus forças em um ponto atrás de suas próprias linhas e que o deixasse em posição para atacar uma fração do exército inimigo previamente escolhida. Sobre esta, e apenas esta, Mao realizava a tática do cerco procurando o aniquilamento rápido através da decisão pelo combate para retornar imediatamente à forma defensiva da retirada. Dentro da estratégia defensiva lançava um movimento tático ofensivo. Operando em linhas interiores durante a retirada, preparava o ataque para ser executado por linhas exteriores (interiores às linhas estratégicas do inimigo, exteriores em relação à fração do exército escolhida para o aniquilamento). Procurando quebrar o cerco estratégico do inimigo, atacava-o, fechando cercos táticos contra partes do seu exército (cerco tático dentro do cerco estratégico). Contra a estratégia de aniquilamento do Kuomintang, Mao opunha uma estratégia de desgaste na defensiva, mas dentro desta e para lograr o desgaste, realizava táticas ofensivas de aniquilamento.

Finalmente, ele resolve a oposição entre guerrilha e exército regular pela complementaridade. As formações guerrilheiras não apenas auxiliam o exército regular na ação de desgaste e sabotagem nas linhas logísticas do inimigo, mas também na tarefa de conscientização política nas bases de apoio e na formação de quadros para integrar as milícias, a guerrilha ou o próprio exército. A coordenação do exército regular com as formações guerrilheiras também são resolvidas com uma solução de contradição: centralização estratégica e descentralização tática, com a qual ganhava articulação das frentes sem perder a autonomia e iniciativa próprias da eficácia da guerrilha.

Para Mao, os princípios básicos da tática de guerrilha eram aqueles, aceitos desde 1928 pelo Comitê Central, expressos em 16 hieróglifos que significavam o seguinte: “Quando o inimigo avança, retrocedemos; quando o inimigo se detém, o hostilizamos; quando o inimigo se fadiga, o atacamos; quando o inimigo se retira, o perseguimos”.³⁵ Nestas três máximas encerra-se toda a milenar sabedoria bélica para a guerrilha. Mais tarde, Mao incorporaria o princípio de “atrair o inimigo para que penetre profundamente”, que tinha como objetivo afastar o exército inimigo de suas bases de apoio logístico e debilitar suas linhas de abastecimento.

* * *

Pelo fato de ser tanto um condutor político quanto um chefe militar, porque sua reflexão teórica se complementa com sua capacidade prática, a personalidade multifacetada de Mao apresenta sempre novos ângulos que

35. Mao, *PEGR*, op. cit., p. 120

estimulam o estudo. Mas, diante dos limites de espaço deste artigo, tive que decidir entre aprofundar um ponto específico da teoria maoísta ou ficar na superficialidade introdutória. Correndo o risco de ficar na metade do caminho optei pela última alternativa. Interessou-me mais, neste momento, introduzir o leitor no pensamento estratégico de Mao, certo de que ele poderá continuar a se aprofundar nos múltiplos matizes do pensamento maoísta. Mas ante a possibilidade de que este trabalho, por ser introdutório resulte inútil, resta-me uma esperança: embora Mao enfatize a importância do estudo da teoria da guerra, sua concepção da práxis lembra Lenin:³⁶ “ler é aprender; aplicar também é aprender, e é a forma mais importante de aprender. Nosso método principal consiste em aprender a combater no curso mesmo da guerra.”³⁷

36. Referimo-nos a sua célebre expressão de que “alguns meses de revolução educam os cidadãos com mais velocidade e mais a fundo que décadas inteiras de estancamento político” In “Ejército revolucionario y gobierno revolucionario”, *La cuestión militar y el trabajo político en las fuerzas armadas*, Buenos Aires, Anteo, 1973, p. 13.

37. Mao, *PEGR*, op. cit., pp. 94-95.

SAINT-PIERRE, Hector Luis. Considerações sobre a teoria de guerra revolucionária de Mao Tsé-tung. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.4, 1997, p.162-177.

Palavras-chave: Mao Tsé-tung; Teoria de guerra; Revolução; Globalização.